

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	Estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies e altera a <a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a> , a <a href="#">Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002</a> , e a <a href="#">Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009</a> .	Altera as Leis nºs <a href="#">10.260, de 12 de julho de 2001</a> , <a href="#">10.522, de 19 de julho de 2002</a> , e <a href="#">12.087, de 11 de novembro de 2009</a> , para estabelecer os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a <a href="#">Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004</a> , para estabelecer a possibilidade de avaliação <i>in loco</i> na modalidade virtual das instituições de ensino superior e de seus cursos de graduação, a <a href="#">Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020</a> , para aperfeiçoar os mecanismos de transação de dívidas, e a <a href="#">Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017</a> ; e revoga dispositivos das Leis nºs <a href="#">13.530, de 7 de dezembro de 2017</a> , <a href="#">13.682, de 19 de junho de 2018</a> , <a href="#">13.874, de 20 de setembro de 2019</a> , e <a href="#">14.024, de 9 de julho de 2020</a> .
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da <a href="#">Constituição</a> , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	CAPÍTULO I	CAPÍTULO I
	DISPOSIÇÕES GERAIS	DISPOSIÇÕES GERAIS

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136  
 (Elaboração: 26/05/2022 13:34)

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	<b>Art. 1º</b> Esta Medida Provisória estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígios relativos à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies.	<b>Art. 1º</b> Esta Lei altera as Leis nºs <a href="#">10.260, de 12 de julho de 2001</a> , <a href="#">10.522, de 19 de julho de 2002</a> , e <a href="#">12.087, de 11 de novembro de 2009</a> , para estabelecer os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de <b>litígio relativos</b> à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a <a href="#">Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004</a> , para estabelecer a possibilidade de avaliação <i>in loco</i> na modalidade virtual das instituições de ensino superior e de seus cursos de graduação, a <a href="#">Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020</a> , para aperfeiçoar os mecanismos de transação de dívidas, e a <a href="#">Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017</a> .
	Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Medida Provisória, serão observados, dentre outros, os princípios:	Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Lei, serão observados, <b>entre</b> outros, os princípios:
	I - da isonomia;	I - da isonomia;
	II - da capacidade contributiva;	II - da capacidade contributiva;
	III - da transparência;	III - da transparência;
	IV - da moralidade;	IV - da moralidade;
	V - da razoável duração dos processos;	V - da razoável duração dos processos;
	VI - da eficiência; e	VI - da eficiência; e
	VII - da publicidade, resguardadas as informações protegidas por sigilo.	VII - da publicidade, resguardadas as informações protegidas por sigilo.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	<b>Art. 2º</b> São modalidades de transação aquelas realizadas por adesão, na cobrança de créditos contratados com o Fies até o segundo semestre de 2017 e cujos débitos estejam:	<b>Art. 2º</b> São modalidades de transação aquelas realizadas por adesão, na cobrança de créditos contratados com o Fies até o segundo semestre de 2017 e cujos débitos estejam:
	I - vencidos, não pagos há mais de trezentos e sessenta dias, e completamente provisionados; ou	I - vencidos, não pagos há mais de <b>360</b> (trezentos e sessenta) dias, e completamente provisionados; ou
	II - vencidos, não pagos há mais de noventa dias, e parcialmente provisionados.	II - vencidos, não pagos há mais de <b>90</b> (noventa) dias, e parcialmente provisionados.
	Parágrafo único. A transação por adesão implicará a aceitação pelo devedor do Fies das condições estabelecidas em ato do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-Fies.	Parágrafo único. A transação por adesão implicará a aceitação pelo devedor do Fies das condições estabelecidas em ato do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil <b>(CG-Fies)</b> .
	<b>Art. 3º</b> São causas da rescisão da transação:	<b>Art. 3º</b> São causas da rescisão da transação <b>relativa à cobrança de créditos do Fies</b> :
	I - o descumprimento das condições, das cláusulas ou dos compromissos assumidos;	I - o descumprimento das condições, das cláusulas ou dos compromissos assumidos;
	II - a ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto à pessoa ou ao objeto do conflito;	II - a ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto à pessoa ou ao objeto do conflito;
	III - a ocorrência das hipóteses rescisórias adicionalmente previstas no termo de transação; ou	III - a ocorrência das hipóteses rescisórias adicionalmente previstas no termo de transação; ou
	IV - a inobservância ao disposto nesta Medida Provisória ou em seu regulamento.	IV - a inobservância ao disposto nesta <b>Lei</b> ou em seu regulamento.
	§ 1º O devedor do Fies:	§ 1º O devedor do Fies:

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	I - será notificado da incidência das hipóteses de rescisão da transação; e	I - será notificado da incidência das hipóteses de rescisão da transação; e
	II - poderá impugnar o ato de rescisão, no prazo de trinta dias, contado da data do recebimento da notificação.	II - poderá impugnar o ato de rescisão, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento da notificação.
	§ 2º Quando couber, será admitida a regularização do vício que ensejaria a rescisão da transação, no prazo estabelecido no inciso II do § 1º, mantida a transação em todos os seus termos.	§ 2º Quando couber, será admitida a regularização do vício que ensejaria a rescisão da transação, no prazo estabelecido no inciso II do § 1º deste artigo, mantida a transação em todos os seus termos.
	§ 3º A rescisão da transação implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores já pagos, sem prejuízo de outras consequências previstas no regulamento.	§ 3º A rescisão da transação implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores já pagos, sem prejuízo de outras consequências previstas em regulamento.
	§ 4º É vedada a formalização de nova transação aos devedores do Fies cuja transação tenha sido rescindida, ainda que relativa a débitos distintos, pelo prazo de dois anos, contado da data de rescisão.	§ 4º É vedada a formalização de nova transação aos devedores do Fies cuja transação tenha sido rescindida, ainda que relativa a débitos distintos, pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de rescisão.
	<b>Art. 4º</b> A proposta de transação e a adesão pelo devedor do Fies não autorizam a restituição ou a compensação de importâncias pagas, compensadas ou incluídas em parcelamentos pelos quais tenham optado antes da celebração do termo de transação.	<b>Art. 4º</b> A proposta de transação e a adesão a ela pelo devedor do Fies não autorizam a restituição ou a compensação de importâncias pagas, compensadas ou incluídas em parcelamentos pelos quais tenha optado antes da celebração do termo de transação.
	CAPÍTULO II	CAPÍTULO II

■ Texto alterado
 ■ Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	DA TRANSAÇÃO NA COBRANÇA DE CRÉDITOS DO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL	DA TRANSAÇÃO NA COBRANÇA DE CRÉDITOS DO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL
	<b>Art. 5º</b> A transação na cobrança de créditos do Fies, celebrada somente por adesão, poderá contemplar os seguintes benefícios:	<b>Art. 5º</b> A transação na cobrança de créditos do Fies, celebrada somente por adesão, poderá contemplar os seguintes benefícios:
	I - a concessão de descontos no principal, nos juros contratuais, nas multas, nos juros de mora e nos encargos legais relativos a créditos a serem transacionados classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, observado o impacto líquido positivo na receita, nos termos do <b>disposto no</b> inciso III do caput do art. 6º;	I - a concessão de descontos no principal, nos juros contratuais, nas multas, nos juros de mora e nos encargos legais relativos a créditos a serem transacionados classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, observado o impacto líquido positivo na receita, nos termos do <b>inciso III</b> do caput do art. 6º <b>desta Lei</b> ;
	II - a concessão de descontos nos juros contratuais, nas multas, nos juros de mora e nos encargos legais relativos a créditos a serem transacionados classificados como inadimplentes, observado o impacto líquido positivo na receita, nos termos do <b>disposto no</b> inciso III do caput do art. 6º;	II - a concessão de descontos nos juros contratuais, nas multas, nos juros de mora e nos encargos legais relativos a créditos a serem transacionados classificados como inadimplentes, observado o impacto líquido positivo na receita, nos termos do <b>inciso III</b> do caput do art. 6º <b>desta Lei</b> ;
	III - o oferecimento de prazos e de formas de pagamento especiais, incluídos o diferimento e a moratória; e	III - o oferecimento de prazos e de formas de pagamento especiais, incluídos o diferimento e a moratória; e
	IV - o oferecimento ou a substituição de garantias.	IV - o oferecimento ou a substituição de garantias.
	§ 1º É permitida a utilização de uma ou mais das alternativas previstas nos incisos I a IV do caput para o equacionamento dos créditos.	§ 1º É permitida a utilização de uma ou mais das alternativas previstas nos incisos I, <b>II, III e IV</b> do caput <b>deste artigo</b> para o equacionamento dos créditos.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	§ 2º É vedada a transação que:	§ 2º É vedada a transação que:
	I - implique redução superior a oitenta e seis inteiros e cinco décimos por cento do valor total dos créditos a serem transacionados;	I - implique redução superior a 77% (setenta e sete por cento) do valor total dos créditos a serem transacionados; ou
	II - conceda prazo de parcelamento dos créditos superior a cento e cinquenta meses, exceto se houver cobrança por meio de consignação à renda do devedor do Fies; ou	II - conceda prazo de parcelamento dos créditos superior a 150 (cento e cinquenta) meses, exceto se houver cobrança por meio de consignação à renda do devedor do Fies.
	III - envolva créditos que não estejam inadimplentes.	^
	§ 3º Na hipótese de transação que envolva pessoa cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico ou que tenha sido beneficiária do Auxílio Emergencial 2021, a redução máxima de que trata o inciso I do § 2º será de até noventa e dois por cento.	§ 3º Na hipótese de transação que envolva pessoa cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou que tenha sido beneficiária do Auxílio Emergencial 2021, a redução máxima de que trata o inciso I do § 2º deste artigo será de ^ 99% (noventa e nove por cento).
	§ 4º Para fins do disposto no inciso I do caput, os créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação incluem aqueles completamente provisionados pela União em seus demonstrativos contábeis.	§ 4º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, os créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação incluem aqueles completamente provisionados pela União em seus demonstrativos contábeis.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	§ 5º Na liquidação de contratos inadimplentes por meio de pagamento à vista, além dos benefícios estabelecidos no inciso II do caput, é permitida a concessão de até doze por cento de desconto no principal da dívida.	§ 5º Na liquidação de contratos inadimplentes por meio de pagamento à vista, além dos benefícios estabelecidos no inciso II do caput <b>deste artigo</b> , é permitida a concessão de até <b>12%</b> (doze por cento) de desconto no principal da dívida.
	§ 6º A proposta de transação aceita não implicará novação dos créditos aos quais se refere.	§ 6º A proposta de transação aceita não implicará novação dos créditos aos quais se refere.
	<b>Art. 6º</b> Ato do CG-Fies disciplinará:	<b>Art. 6º</b> Ato do CG-Fies disciplinará:
	I - os procedimentos necessários à aplicação do disposto neste Capítulo, inclusive quanto à rescisão da transação;	I - os procedimentos necessários à aplicação do disposto neste Capítulo, inclusive quanto à rescisão da transação;
	II - a possibilidade de condicionamento da transação:	II - a possibilidade de condicionamento da transação:
	a) ao pagamento de entrada;	a) ao pagamento de entrada;
	b) à apresentação de garantia; e	b) à apresentação de garantia; e
	c) à manutenção das garantias existentes; e	c) à manutenção das garantias existentes;
	III - os critérios para aferição do grau de recuperabilidade das dívidas;	III - os critérios para aferição do grau de recuperabilidade das dívidas;
	IV - os parâmetros para concessão de descontos, tais como o insucesso dos meios ordinários e convencionais de cobrança; e	IV - os parâmetros para concessão de descontos, tais como o insucesso dos meios ordinários e convencionais de cobrança; e
	V - a vinculação dos benefícios a critérios objetivos, preferencialmente, que abranjam:	V - a vinculação dos benefícios a critérios objetivos, preferencialmente, que abranjam:
	a) a idade da dívida;	a) a idade da dívida;
	b) a capacidade contributiva do devedor do Fies; e	b) a capacidade contributiva do devedor do Fies; e
	c) os custos da cobrança judicial.	c) os custos da cobrança judicial.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	CAPÍTULO III	CAPÍTULO III
	DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL	DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO CONCERNENTE AO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL
<a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a>	<b>Art. 7º</b> A <a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a> passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 7º</b> A <a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º É instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria. .....		“Art. 1º <b>Fica</b> instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores, <b>na modalidade presencial ou a distância</b> , não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria. .....” (NR)
Art. 3º .....		“Art. 3º .....
§ 1º .....		§ 1º .....
I - as regras de seleção de estudantes a serem financiados, devendo ser considerados a renda familiar per capita e outros requisitos, e as regras de oferta de vagas;		I - as regras de seleção de estudantes a serem financiados, devendo ser considerados a renda familiar <i>per capita</i> , <b>proporcional ao valor do encargo educacional do curso pretendido</b> , e outros requisitos, <b>bem como</b> as regras de oferta de vagas; .....” (NR)

■ Texto alterado
 ■ Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
Art. 5º Os financiamentos concedidos com recursos do Fies até o segundo semestre de 2017 e os seus aditamentos observarão o seguinte: .....		“Art. 5º ..... .....
		§ 13. A existência de cobrança judicial de crédito em inadimplência do Fies não constitui impedimento para o acesso e a adesão do devedor a transação resolutiva de litígio relativa à cobrança de crédito do Fies nas condições estabelecidas em legislação sobre essa matéria.” (NR)
Art. 5º-A. Serão mantidas as condições de amortização fixadas para os contratos de financiamento celebrados no âmbito do Fies até o segundo semestre de 2017.	“Art. 5º-A .....	“Art. 5º-A .....
§ 1º Fica o agente financeiro autorizado a pactuar condições especiais de amortização ou alongamento excepcional de prazos para os estudantes inadimplentes com o Fies, por meio de estímulos à liquidação, ao parcelamento e ao reescalonamento das dívidas do Fies, admitida a concessão de descontos incidentes sobre os encargos contratuais e o saldo devedor da dívida, conforme estabelecido em regulamento editado pelo Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.	§ 1º Fica o agente financeiro autorizado a pactuar condições especiais de amortização ou de alongamento excepcional de prazos para os estudantes inadimplentes com o Fies, por meio de adesão à transação de que trata a <u>Medida Provisória nº 1.090, de 30 de dezembro de 2021</u> , com estímulos à liquidação, ao parcelamento e ao reescalonamento das dívidas do Fies <sup>^</sup> .	§ 1º Fica o agente financeiro autorizado a pactuar condições especiais de amortização ou de alongamento excepcional de prazos para os estudantes inadimplentes com o Fies, por meio de adesão à transação das dívidas do Fies de que trata a legislação referente à matéria, com estímulos à liquidação, ao parcelamento e ao reescalonamento das dívidas do Fies. .....

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	§ 1º-A Para fins do disposto no § 1º, fica admitida a concessão de descontos incidentes sobre o valor principal e o saldo devedor da dívida, conforme estabelecido em regulamento editado pelo Ministério da Educação, nos termos de ato do CG-Fies.	§ 1º-A Para fins do disposto no § 1º <b>deste artigo</b> , fica admitida a concessão de descontos incidentes sobre o valor principal e o saldo devedor da dívida, conforme estabelecido em regulamento editado pelo Ministério da Educação, nos termos de ato do CG-Fies.
	§ 1º-B Para graduação das reduções e do diferimento de prazo, o CG-Fies observará:	§ 1º-B Para graduação das reduções e do diferimento de prazo, o CG-Fies observará:
	I - o grau de recuperabilidade da dívida;	I - o grau de recuperabilidade da dívida;
	II - o insucesso dos meios ordinários e convencionais de cobrança;	II - o insucesso dos meios ordinários e convencionais de cobrança;
	III - a antiguidade da dívida;	III - a antiguidade da dívida;
	IV - os custos inerentes ao processo de cobrança, judicial ou administrativa;	IV - os custos inerentes ao processo de cobrança, judicial ou administrativa;
	V - a proximidade do advento da prescrição; e	V - a proximidade do advento da prescrição; e
	VI - a capacidade de pagamento do tomador de crédito.	VI - a capacidade de pagamento do tomador de crédito.
	§ 1º-C Para fins do disposto no inciso VI do § 1º-B, será atribuído tratamento preferencial:	§ 1º-C Para fins do disposto no inciso VI do § 1º-B <b>deste artigo</b> , será atribuído tratamento preferencial:
	I - aos estudantes egressos ou aos participantes de programas sociais;	I - aos estudantes egressos ou aos participantes de programas sociais <b>do governo federal</b> ;
	II - aos estudantes cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico; ou	II - aos estudantes cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal <b>(CadÚnico)</b> ; ou

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	III - aos estudantes que tenham sido qualificados como beneficiários do Auxílio Emergencial 2021 e que não tenham inquérito ou processo judicial sobre fraude à concessão do benefício instaurados contra si.	III - aos estudantes que tenham sido qualificados como beneficiários do Auxílio Emergencial 2021 e que não tenham <b>condenação judicial</b> sobre fraude <b>em âmbito administrativo</b> à concessão do benefício instaurados contra si.
	§ 1º-D Para fins de graduação das reduções e do diferimento de prazo, os contratos serão classificados nas faixas de risco A, B, C ou D, calculadas com fundamento nos incisos I a V do § 1º-B, na forma estabelecida pelo CG-Fies, observado o disposto no inciso VI do § 1º-B e no § 1º-C.	§ 1º-D Para fins de graduação das reduções e do diferimento de prazo, os contratos serão classificados nas faixas de risco A, B, C ou D, calculadas com fundamento nos incisos I, <b>II, III, IV e V</b> do § 1º-B <b>deste artigo</b> , na forma estabelecida pelo CG-Fies, observado o disposto no inciso VI do § 1º-B <b>deste artigo</b> e no § 1º-C <b>deste artigo</b> .
	§ 1º-E Ao disposto nos §1º, § 1º-A, § 1º-B e § 1º-C serão aplicados os prazos e as condições para reestruturação do reembolso previstos nos Anexos I, II e III à <a href="#">Medida Provisória nº 1.090, de 2021</a> .	§ 1º-E Na aplicação do disposto nos §§ 1º, <b>1º-A, 1º-B e 1º-C deste artigo</b> , deverão ser observados os prazos e as condições para reestruturação do reembolso previstos nos Anexos I, II e III <b>desta Lei</b> .
§ 4º O estudante beneficiário que tenha débitos vencidos e não pagos até a data de publicação deste parágrafo poderá liquidá-los mediante a adesão ao Programa Especial de Regularização do Fies, nos termos <b>do regulamento, por meio</b> :	§ 4º <b>Sem prejuízo</b> no disposto no § 1º, o estudante beneficiário que tenha débitos vencidos e não pagos na data de publicação <b>da Medida Provisória nº 1.090, de 2021</b> , poderá liquidá-los por meio da adesão à transação com fundamento na referida <b>Medida Provisória</b> , nos seguintes termos <b>^</b> :	§ 4º Sem prejuízo do disposto no § 1º <b>deste artigo</b> , o estudante beneficiário que tenha débitos vencidos e não pagos <b>em 30 de dezembro de 2021</b> poderá liquidá-los por meio da adesão à transação com fundamento <b>nesta Lei</b> , nos seguintes termos:
I - da liquidação integral, até 31 de dezembro de 2020, em parcela única, com redução de 100% (cem por cento) dos encargos moratórios;	I - para os estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de noventa dias, na data da publicação da Medida Provisória nº 1.090, de 2021:	I – <b>(revogado)</b> ;

■ Texto alterado
 ■ Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	<p>a) com desconto da totalidade dos encargos e doze por cento do valor principal, para pagamento à vista; ou</p> <p>b) mediante parcelamento em até cento e cinquenta parcelas mensais e sucessivas, com redução de cem por cento de juros e multas;</p>	
II - da liquidação em 4 (quatro) parcelas semestrais, até 31 de dezembro de 2022, ou 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, com redução de 60% (sessenta por cento) dos encargos moratórios, com vencimento a partir de 31 de março de 2021;	II - para os estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de trezentos e sessenta dias, na data de publicação da Medida Provisória nº 1.090, de 2021, que estejam cadastrados no CadÚnico ou que tenham sido beneficiários do Auxílio Emergencial 2021, com desconto de noventa e dois por cento do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por meio da liquidação integral do saldo devedor; e	II – (revogado);
III - do parcelamento em até 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2021, com redução de 40% (quarenta por cento) dos encargos moratórios; ou	III - para os estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de trezentos e sessenta dias, na data de publicação da Medida Provisória nº 1.090, de 2021, que não se enquadrem na hipótese prevista no inciso II, com desconto de oitenta e seis inteiros e cinco décimos por cento do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por meio da liquidação integral do saldo devedor.	III – (revogado);
IV - do parcelamento em até 175 (cento e setenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2021, com redução de 25% (vinte e cinco por cento) dos encargos moratórios.		IV – (revogado);





  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		V - para os estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de 90 (noventa) dias em 30 de dezembro de 2021:
		a) com desconto da totalidade dos encargos e até 12% (doze por cento) do valor principal, para pagamento à vista; ou
		b) mediante parcelamento em até 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 100% (cem por cento) de juros e multas; e
		VI - para os estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de 360 (trezentos e sessenta) dias em 30 de dezembro de 2021, que estejam cadastrados no CadÚnico ou que tenham sido beneficiários do Auxílio Emergencial 2021, com desconto de 99% (noventa e nove por cento) do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por meio da liquidação integral do saldo devedor; e
		VII - para os estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de 360 (trezentos e sessenta) dias em 30 de dezembro de 2021, que não se enquadrem na hipótese prevista no inciso VI deste parágrafo, com desconto de até 77% (setenta e sete por cento) do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por meio da liquidação integral do saldo devedor.

 Texto alterado  Texto revogado  Texto excluído  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 26/05/2022 13:34)

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	§ 4º-A A transação de que trata o § 4º não se aplica às operações de crédito de mutuários que tenham cometido inaplicação, desvio de finalidade ou fraude em operações de crédito contratadas com recursos do Fies.	§ 4º-A A transação de que trata o § 4º <b>deste artigo</b> não se aplica às operações de crédito de mutuários que tenham cometido inaplicação, desvio de finalidade ou fraude em operações de crédito contratadas com recursos do Fies.
§ 5º Para os parcelamentos previstos nos incisos II, III e IV do § 4º <b>deste artigo</b> , o valor de entrada corresponderá à primeira parcela mensal a ser paga em decorrência da adesão ao Programa.	§ 5º Para fins do disposto nos incisos II e III <b>^</b> do § 4º <b>^</b> , será permitida a quitação do saldo devedor em até dez prestações mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic.	§ 5º Para fins do disposto <b>na alínea a do inciso V</b> e nos incisos <b>VI e VII</b> do § 4º <b>deste artigo</b> , será permitida a quitação do saldo devedor em até <b>15 (quinze)</b> prestações mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia <b>(Selic)</b> .
	§ 5º-A Para os parcelamentos de que tratam a alínea "b" do inciso I do § 4º e o § 5º, o valor da parcela de entrada mínima será definido por meio de regulamento editado pelo CG-Fies	§ 5º-A Para os parcelamentos de que tratam a alínea <b>^b^</b> do inciso <b>V</b> do § 4º e o § 5º <b>deste artigo</b> , o valor da parcela de entrada mínima será definido por meio de regulamento editado pelo CG-Fies.
	§ 10. A adesão às modalidades de transação de que trata este artigo não constitui novação da obrigação e, na hipótese de descumprimento do acordo em decorrência do inadimplemento de três prestações, sucessivas ou alternadas, o débito será reestabelecido, com todos os acréscimos.	§ 10. A adesão às modalidades de transação de que trata este artigo não constitui novação da obrigação e, na hipótese de descumprimento do acordo em decorrência do inadimplemento de <b>3 (três)</b> prestações <b>^</b> sucessivas ou <b>de 5 (cinco)</b> alternadas, o débito será reestabelecido, com todos os acréscimos.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	§ 11. As transações de que trata este artigo observarão o disposto nos art. 1º a art. 6º da Medida Provisória nº 1.090, de 2021.” (NR)	§ 11. As transações de que trata este artigo observarão o disposto na legislação concernente à realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fies.” (NR)
Art. 5º-C. Os financiamentos concedidos a partir do primeiro semestre de 2018 observarão o seguinte: .....		“Art. 5º-C ..... .....
§ 13. A parcela não financiada de que trata o § 14 do art. 4º desta Lei será decorrente de percentual dos encargos educacionais, o qual será definido em regulamento em função da renda familiar per capita do estudante financiado pelo Fies e do valor do curso financiado, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.		§ 13. A parcela não financiada de que trata o § 14 do art. 4º desta Lei será decorrente de percentual dos encargos educacionais, o qual será definido em regulamento <b>proporcionalmente à</b> renda familiar <i>per capita</i> do estudante financiado pelo Fies e do valor do curso financiado, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies. .....” (NR)
Art. 20-D. O Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, poderá dispor sobre regras de migração, que sempre será voluntária, para os estudantes com financiamentos concedidos anteriormente à data de publicação da Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017.	“Art. 20-D. ....	“Art. 20-D. ....

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	§ 1º O CG-Fies fica autorizado a conceder vantagens especiais no Programa a que se refere a alínea “b” do inciso I do § 4º do art. 5º-A, desde que condicionada à alteração do modelo de amortização de que trata o inciso VIII do caput do art. 5º-C.	§ 1º O CG-Fies fica autorizado a conceder vantagens especiais, no programa, a que se refere a alínea <sup>^b^</sup> do inciso <sup>v</sup> do § 4º do art. 5º-A desta Lei, desde que condicionada a concessão à alteração do modelo de amortização de que trata o inciso VIII do caput do art. 5º-C desta Lei.
	§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o valor das parcelas ficará limitado ao montante consignado em folha, com exigência de pagamento mínimo nos meses em que não houver a consignação, na forma estabelecida pelo CG-Fies, estendida a quantidade de parcelas acordada, quando necessário, até a quitação do financiamento.” (NR)	§ 2º Na hipótese prevista no § 1º deste artigo, o valor das parcelas ficará limitado ao montante consignado em folha, com exigência de pagamento mínimo nos meses em que não houver a consignação, na forma estabelecida pelo CG-Fies, estendida a quantidade de parcelas acordada, quando necessário, até a quitação do financiamento.” (NR)
Art. 20-H. A instituição financeira pública federal a que se refere o art. 20-G desta Lei, além de promover a cobrança administrativa nos termos do art. 6º desta Lei, também promoverá a cobrança judicial dos débitos referentes aos financiamentos e encargos concedidos até o segundo semestre de 2017, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.	“Art. 20-H. Os agentes financeiros do Fies promoverão:	“Art. 20-H. Os agentes financeiros do Fies promoverão:

■ Texto alterado
 ■ Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	I - a cobrança administrativa nos termos do disposto no art. 6º desta Lei, com os meios e os recursos a ela inerentes, especialmente o protesto extrajudicial de que trata a <u>Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997</u> ; e	I - a cobrança administrativa nos termos do <sup>^</sup> art. 6º desta Lei, com os meios e os recursos a ela inerentes, especialmente o protesto extrajudicial de que trata a <u>Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997</u> , para os casos que atenderem aos pressupostos da referida Lei; e
	II - a cobrança judicial dos débitos referentes aos financiamentos e aos encargos concedidos até o segundo semestre de 2017.	II - a cobrança judicial dos débitos referentes aos financiamentos e aos encargos concedidos até o segundo semestre de 2017.
	§ 1º Os custos referentes à abertura da cobrança judicial pelos agentes financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Fies, desde que atestada a probabilidade elevada de satisfação integral ou parcial dos débitos a serem cobrados.	§ 1º Os custos referentes à abertura da cobrança judicial pelos agentes financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Fies, desde que atestada a probabilidade elevada de satisfação integral ou parcial dos débitos a serem cobrados.
	§ 2º A verificação dos indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou dos corresponsáveis, desde que úteis à satisfação integral ou parcial dos débitos a serem cobrados, será realizada pelas empresas ou agentes financeiros contratados pelo Fies.	§ 2º A verificação dos indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou dos corresponsáveis, desde que úteis à satisfação integral ou parcial dos débitos a serem cobrados, será realizada pelas empresas ou agentes financeiros contratados pelo Fies, e os custos inerentes a isso serão de responsabilidade do Fies.
	§ 3º Compete ao CG-Fies a definição dos limites, dos critérios e dos parâmetros para fins do disposto no § 1º.	§ 3º Compete ao CG-Fies a definição dos limites, dos critérios e dos parâmetros para fins do disposto no § 1º deste artigo.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 <sup>^</sup> Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	§ 4º As empresas ou instituições contratadas para realização de serviços de cobrança administrativa de que trata o inciso IV do § 1º do art. 2º poderão promover a cobrança judicial dos débitos referentes aos financiamentos e aos encargos concedidos até o segundo semestre de 2017, nos termos de ato do CG-Fies.” (NR)	§ 4º As empresas ou instituições contratadas para realização de serviços de cobrança administrativa de que trata o inciso IV do § 1º do art. 2º <b>desta Lei</b> poderão promover a cobrança judicial dos débitos referentes aos financiamentos e aos encargos concedidos até o segundo semestre de 2017, nos termos de ato do CG-Fies.” (NR)
<a href="#">Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002</a>	<b>Art. 8º</b> A <a href="#">Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 8º</b> O caput do art. 19-D da <a href="#">Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002</a> , passa a vigorar com <b>a seguinte redação:</b>
Art. 19-D. À Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral Federal e à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 19, 19-B e 19-C desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.	“Art. 19-D. À Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral Federal e à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil aplica-se, no que couber, o disposto nos art. 19, <b>art. 19-B, art. 19-C, art. 19-F e art. 20-A a art. 20-D</b> desta Lei <b>e nos art. 17 e art. 18 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021</b> , sem prejuízo do disposto na <a href="#">Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997</a> . .....	“Art. 19-D. <b>O</b> disposto nos <b>arts. 19, ^ 19-B, ^ 19-C, ^ 19-F, ^ 20-A, 20-B, 20-C e ^ 20-D</b> desta Lei e nos <b>arts. 17 e ^ 18</b> da <a href="#">Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021</a> , aplica-se, no que couber, <b>à</b> Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral Federal e à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, sem prejuízo do disposto na <a href="#">Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997</a> . .....
<a href="#">Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009</a>	<b>Art. 9º</b> A <a href="#">Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 9º</b> <b>O</b> art. 9º da <a href="#">Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009</a> , passa a vigorar <b>acrescido do seguinte § 11:</b>

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
Art. 9º Os fundos mencionados nos arts. 7º e 8º poderão ser criados, administrados, geridos e representados judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada, direta ou indiretamente, pela União, com observância das normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da <a href="#">Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964</a> .	“Art. 9º ..... .....	“Art. 9º ..... .....
	§ 11. Além das medidas previstas no § 8º, a recuperação de crédito de operações garantidas pelo fundo garantidor a que se refere o inciso III do caput do art. 7º realizada pelo gestor do fundo, ou por terceiro por este contratado, poderá envolver a oferta de condições de liquidação e renegociação idênticas às previstas nos § 1º e § 4º do art. 5º-A da <a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a> .” (NR)	§ 11. Além das medidas previstas no § 8º <b>deste artigo</b> , a recuperação de crédito de operações garantidas pelo fundo garantidor a que se refere o inciso III do caput do art. 7º <b>desta Lei</b> realizada pelo gestor do fundo, ou por terceiro por este contratado, poderá envolver a oferta de condições de liquidação e de renegociação idênticas às previstas nos §§ 1º e <b>^</b> 4º do art. 5º-A da <a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a> .” (NR)
		<b>CAPÍTULO IV</b>
		<b>DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO CONCERNENTE ÀS TRANSAÇÕES DE DÍVIDA</b>
<a href="#">Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020</a>		<b>Art. 10.</b> A <a href="#">Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
Art. 1º Esta Lei estabelece os requisitos e as condições para que a União, as suas autarquias e fundações, e os devedores ou as partes adversas realizem transação resolutive de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária. .....		“Art. 1º ..... .....
§ 4º Aplica-se o disposto nesta Lei:		§ 4º .....
I - aos créditos tributários <b>não judicializados</b> sob a administração da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia; .....		I - aos créditos tributários <sup>^</sup> sob a administração da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia; .....” (NR)
Art. 2º Para fins desta Lei, são modalidades de transação as realizadas:		“Art. 2º .....
I - por proposta individual ou por adesão, na cobrança de créditos inscritos na dívida ativa da União, de suas autarquias e fundações públicas, ou na cobrança de créditos que seja competência da Procuradoria-Geral da União; .....		I - por proposta individual ou por adesão, na cobrança de créditos inscritos na dívida ativa da União, de suas autarquias e fundações públicas, <b>na</b> cobrança de créditos que seja da competência da Procuradoria-Geral da União, <b>ou em contencioso administrativo fiscal</b> ; .....” (NR)
		“Art. 10-A. A transação na cobrança de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal poderá ser proposta pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, de forma individual ou por adesão, ou por iniciativa do devedor.”

■ Texto alterado
 ■ Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
Art. 11. A transação poderá contemplar os seguintes benefícios:		“Art. 11. ....
I - a concessão de descontos nas multas, nos juros <b>de mora</b> e nos encargos legais relativos a créditos a serem transacionados que sejam classificados como irre recuperáveis ou de difícil recuperação, conforme critérios estabelecidos pela autoridade fazendária, nos termos do inciso V do caput do art. 14 desta Lei; .....		I - a concessão de descontos nas multas, nos juros <b>^</b> e nos encargos legais relativos a créditos a serem transacionados que sejam classificados como irre recuperáveis ou de difícil recuperação, conforme critérios estabelecidos pela autoridade <b>competente</b> , nos termos do inciso V do caput do art. 14 desta Lei; .....
		IV – a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), na apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da CSLL, até o limite de 70% (setenta por cento) do saldo remanescente após a incidência dos descontos, se houver;
		V – o uso de precatórios ou de direito creditório com sentença de valor transitada em julgado para amortização de dívida tributária principal, multa e juros.
§ 1º É permitida a utilização de mais de uma das alternativas previstas nos incisos I, II e III do caput deste artigo para o equacionamento dos créditos inscritos em dívida ativa da União.		§ 1º É permitida a utilização de mais de uma das alternativas previstas nos incisos I, II, III, <b>IV e V</b> do caput deste artigo para o equacionamento dos créditos inscritos em dívida ativa da União.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		§ 1º-A Após a incidência dos descontos previstos no inciso I do caput deste artigo, se houver, a liquidação de valores será realizada no âmbito do processo administrativo de transação para fins da amortização do saldo devedor transacionado a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, e será de critério exclusivo da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para créditos em contencioso administrativo fiscal, ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para créditos inscritos em dívida ativa da União, sendo adotada em casos excepcionais para a melhor e efetiva composição do plano de regularização.
§ 2º É vedada a transação que: .....		§ 2º ..... .....
II - implique redução superior a 50% (cinquenta por cento) do valor total dos créditos a serem transacionados;		II - implique redução superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor total dos créditos a serem transacionados;
III - conceda prazo de quitação dos créditos superior a 84 (oitenta e quatro) meses;		III - conceda prazo de quitação dos créditos superior a 120 (cento e vinte) meses;
IV - envolva créditos não inscritos em dívida ativa da União, exceto aqueles sob responsabilidade da Procuradoria-Geral da União. .....		IV - envolva créditos não inscritos em dívida ativa da União, exceto aqueles sob responsabilidade da Procuradoria-Geral da União ou em contencioso administrativo fiscal de que trata o art. 10-A desta Lei. .....

■ Texto alterado
 ■ Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
§ 6º Na transação, poderão ser aceitas quaisquer modalidades de garantia previstas em lei, inclusive garantias reais ou fidejussórias, cessão fiduciária de direitos creditórios, alienação fiduciária de bens móveis, imóveis ou de direitos, bem como créditos líquidos e certos do contribuinte em desfavor da União, reconhecidos em decisão transitada em julgado.		§ 6º Na transação, poderão ser aceitas quaisquer modalidades de garantia previstas em lei, inclusive garantias reais ou fidejussórias, cessão fiduciária de direitos creditórios, alienação fiduciária de bens móveis, imóveis ou de direitos, bem como créditos líquidos e certos do contribuinte em desfavor da União, reconhecidos em decisão transitada em julgado, observado, entretanto, que não constitui óbice à realização da transação a impossibilidade material de prestação de garantias pelo devedor ou de garantias adicionais às já formalizadas em processos judiciais.
		§ 7º Para efeito do disposto no inciso IV do caput deste artigo, a transação poderá compreender a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL de titularidade do responsável tributário ou corresponsável pelo débito, e de pessoa jurídica controladora ou controlada, de forma direta ou indireta, ou de sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma pessoa jurídica, apurados e declarados à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, independentemente do ramo de atividade, no período previsto pela legislação tributária.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		§ 8º O valor dos créditos de que trata o § 1º-A deste artigo será determinado, na forma da regulamentação:
		I - por meio da aplicação das alíquotas do imposto sobre a renda previstas no art. 3º da <a href="#">Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995</a> , sobre o montante do prejuízo fiscal; e
		II - por meio da aplicação das alíquotas da CSLL previstas no art. 3º da <a href="#">Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988</a> , sobre o montante da base de cálculo negativa da contribuição.
		§ 9º A utilização dos créditos a que se refere o § 1º-A deste artigo extingue os débitos sob condição resolutória de sua ulterior homologação.
		§ 10. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil dispõe do prazo de 5 (cinco) anos para a análise dos créditos utilizados na forma do § 1º-A deste artigo.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136  
 (Elaboração: 26/05/2022 13:34)

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		§ 11. Os benefícios concedidos em programas de parcelamento anteriores, ainda em vigor, serão mantidos, considerados e consolidados para efeitos da transação, que será limitada ao montante referente ao saldo remanescente do respectivo parcelamento, considerando-se quitadas as parcelas vencidas e liquidadas, na respectiva proporção do montante devido, desde que o contribuinte se encontre em situação regular no programa e, quando for o caso, esteja submetido a contencioso administrativo ou judicial, vedada a acumulação de reduções entre a transação e os respectivos programas de parcelamento.
		§ 12. Os descontos concedidos nas hipóteses de transação na cobrança de que trata este Capítulo não serão computados na apuração da base de cálculo:
		I - do imposto sobre a renda e da CSLL; e
		II - da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).” (NR)

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
Art. 13. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, diretamente ou por autoridade por ele delegada, assinar o termo de transação realizado de forma individual. .....		“Art. 13. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos créditos inscritos em dívida ativa, ou ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, quanto aos créditos em contencioso administrativo fiscal, assinar o termo de transação realizado de forma individual, diretamente ou por autoridade delegada. .....” (NR)
Art. 14. Ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional disciplinará: .....		“Art. 14. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos créditos inscritos em dívida ativa, ou ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, quanto aos créditos em contencioso administrativo fiscal, disciplinar, por ato próprio: .....
V - os critérios para aferição do grau de recuperabilidade das dívidas, os parâmetros para aceitação da transação individual e a concessão de descontos, entre eles o insucesso dos meios ordinários e convencionais de cobrança e a vinculação dos benefícios a critérios preferencialmente objetivos que incluam ainda a idade da dívida inscrita, a capacidade contributiva do devedor e os custos da cobrança judicial.		V - os critérios para aferição do grau de recuperabilidade das dívidas, os parâmetros para aceitação da transação individual e a concessão de descontos, entre eles o insucesso dos meios ordinários e convencionais de cobrança e a vinculação dos benefícios a critérios preferencialmente objetivos que incluam ainda a sua temporalidade, a capacidade contributiva do devedor e os custos da cobrança.” (NR)
		“CAPÍTULO IV

■ Texto alterado
 ■ Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		DA TRANSAÇÃO POR ADEÇÃO NO CONTENCIOSO DE PEQUENO VALOR’ .....
		‘Art. 27-A. O disposto neste Capítulo também se aplica:
		I – à dívida ativa da União de natureza não tributária, cujas inscrição, cobrança e representação incumbam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 12 da <a href="#">Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993</a> ;
		II – aos créditos inscritos em dívida ativa do FGTS, vedada a redução de valores devidos aos trabalhadores e desde que autorizado pelo seu Conselho Curador; e
		III – no que couber, à dívida ativa das autarquias e das fundações públicas federais, cujas inscrição, cobrança e representação incumbam à Procuradoria-Geral Federal, e aos créditos cuja cobrança seja competência da Procuradoria-Geral da União, sem prejuízo do disposto na <a href="#">Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997</a> .
		Parágrafo único. Ato do Advogado-Geral da União disciplinará a transação dos créditos de que trata o inciso III do caput deste artigo.”
		CAPÍTULO V

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO CONCERNENTE AO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
<a href="#">Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004</a>		Art. 11. A <a href="#">Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:		“Art. 3º ..... .....
§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa <i>in loco</i> .		§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, entre os quais a autoavaliação e a avaliação externa <i>in loco</i> , presencial ou virtual, com georreferenciamento.
		§ 4º O disposto no § 2º deste artigo referente às modalidades de avaliações externas <i>in loco</i> não se aplica aos cursos de Medicina, Psicologia, Odontologia, Enfermagem e a outros cursos superiores estabelecidos nos termos de regulamento, para os quais as avaliações externas <i>in loco</i> serão unicamente presenciais.” (NR)

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
Art. 4º A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.		“Art. 4º .....
§ 1º A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.		§ 1º A avaliação dos cursos de graduação <b>fará uso de</b> procedimentos e instrumentos diversificados, <b>entre os quais,</b> obrigatoriamente, <b>a avaliação externa</b> por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento. .....
		<b>CAPÍTULO VI</b>
		<b>DA REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS SANTAS CASAS, DOS HOSPITAIS E DAS ENTIDADES BENEFICENTES ATUANTES NA ÁREA DA SAÚDE</b>
		<b>Art. 12.</b> Fica instituído o programa especial de regularização tributária na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para as Santas Casas, os hospitais e as entidades beneficentes que atuam na área da saúde, portadoras da certificação prevista na <a href="#">Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021</a> .

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021





LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		§ 1º O programa estabelecido no caput deste artigo abrange os débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2022, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício.
		§ 2º A adesão ao programa estabelecido no caput deste artigo ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado em até 60 (sessenta) dias da data de publicação desta Lei e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável.
		§ 3º O parcelamento deve ocorrer por meio de 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, exceto os casos regulamentados com base no § 11 do art. 195 da Constituição Federal, que terão prazo máximo de 60 (sessenta) parcelas mensais.
		§ 4º A adesão ao programa estabelecido no caput deste artigo implica:
		I - a confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, por ele indicados para compor o parcelamento, nos termos dos arts. 389 e 395 da <a href="#">Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015</a> (Código de Processo Civil);

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		II - a aceitação plena e irrevogável pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, das condições estabelecidas nesta Lei;
		III - o dever de pagar as parcelas dos débitos consolidados no parcelamento e dos débitos vencidos após 30 de abril de 2022, inscritos ou não em dívida ativa da União.
		§ 5º Fica resguardado o direito do contribuinte à quitação, nas mesmas condições de sua adesão original, dos débitos apontados para o parcelamento, em caso de atraso na consolidação dos débitos indicados pelo contribuinte ou não disponibilização de débitos no sistema para inclusão no programa.

 Texto alterado  Texto revogado  Texto excluído  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 26/05/2022 13:34)

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		§ 6º Para incluir no parcelamento débitos que se encontrem em discussão administrativa ou judicial, o sujeito passivo deverá desistir previamente das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, e protocolar, no caso de ações judiciais, requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos da alínea c do inciso III do caput do art. 487 da <a href="#">Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015</a> (Código de Processo Civil).
		§ 7º Enquanto a dívida não for consolidada, o sujeito passivo deverá calcular e recolher o valor à vista ou o valor equivalente ao montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas, observado o disposto no § 2º deste artigo.
		§ 8º O deferimento do pedido de adesão ao parcelamento fica condicionado ao pagamento do valor à vista ou da primeira prestação, que deverá ocorrer até o último dia útil do mês do requerimento.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 26/05/2022 13:34)

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		§ 9º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.
		§ 10. Observado o direito de defesa do contribuinte, implicará exclusão do devedor do parcelamento e a exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago:
		I - a falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou de 6 (seis) alternadas;
		II - a falta de pagamento de 1 (uma) parcela, se todas as demais estiverem pagas;
		III - a constatação, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento;
		IV - a decretação de falência ou extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica optante.
		§ 11. Na hipótese de exclusão do devedor do parcelamento:

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		I - será efetuada a apuração do valor original do débito, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão; e
		II - serão deduzidas do valor referido no inciso I deste parágrafo as parcelas pagas em espécie, com acréscimos legais até a data da rescisão.
		§ 12. As parcelas pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência para os fins dos incisos I e II do § 10 deste artigo.
		§ 13. Aplicam-se aos parcelamentos de que trata esta Lei o disposto no caput e nos §§ 2º e 3º do art. 11, no art. 12 e no inciso IX do caput do art. 14 da <a href="#">Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002</a> .
		§ 14. Aos parcelamentos de que trata esta Lei não se aplica o disposto no:
		I - art. 15 da <a href="#">Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996</a> ;
		II - § 1º do art. 3º da <a href="#">Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000</a> ;
		III - § 10 do art. 1º da <a href="#">Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003</a> ;
		IV - inciso III do § 3º do art. 1º da <a href="#">Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017</a> ; e
		V - inciso IV do § 4º do art. 1º da <a href="#">Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017</a> .

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		§ 15. A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas competências, editarão os atos necessários à execução dos procedimentos previstos no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Lei.
	CAPÍTULO IV	CAPÍTULO VII
	DISPOSIÇÕES FINAIS	DISPOSIÇÕES FINAIS
		Art. 13. É permitida a concessão do desconto previsto no § 5º do art. 5º desta Lei na liquidação de contratos adimplentes por meio de pagamento à vista, de acordo com condições estabelecidas em ato do CG-Fies, desde que demonstrado o impacto líquido positivo na receita.
<a href="#">Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017</a>		Art. 14. A <a href="#">Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017</a> , passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:
		“Art. 11-A. Os descontos concedidos com base nesta Lei não serão computados na apuração da base de cálculo:
		I - do imposto sobre a renda e da CSLL; e
		II - da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		Parágrafo único. O disposto neste artigo não enseja a restituição de quantias já pagas."
		Art. 15. A <a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a> , passa a vigorar acrescida dos Anexos I, II e III constantes desta Lei.
	<b>Art. 10.</b> Ficam revogados os seguintes dispositivos:	<b>Art. 16.</b> Ficam revogados os seguintes dispositivos:
<a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a>	I - o inciso IV do § 4º do art. 5º-A da <a href="#">Lei nº 10.260, de 2001</a> ;	I – <b>incisos I, II, III e IV</b> do § 4º do art. 5º-A da <a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a> ;
Art. 5º-A. Serão mantidas as condições de amortização fixadas para os contratos de financiamento celebrados no âmbito do Fies até o segundo semestre de 2017. .....		
§ 4º Sem prejuízo no disposto no § 1º, o estudante beneficiário que tenha débitos vencidos e não pagos na data de publicação da Medida Provisória nº 1.090, de 2021, poderá liquidá-los por meio da adesão à transação com fundamento na referida Medida Provisória, nos seguintes termos: (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.090, de 2021)		
I - para os estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de noventa dias, na data da publicação da Medida Provisória nº 1.090, de 2021: (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.090, de 2021)		





  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
a) com desconto da totalidade dos encargos e doze por cento do valor principal, para pagamento à vista; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 1.090, de 2021)		
b) mediante parcelamento em até cento e cinquenta parcelas mensais e sucessivas, com redução de cem por cento de juros e multas; (Incluído pela Medida Provisória nº 1.090, de 2021)		
II - para os estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de trezentos e sessenta dias, na data de publicação da Medida Provisória nº 1.090, de 2021, que estejam cadastrados no CadÚnico ou que tenham sido beneficiários do Auxílio Emergencial 2021, com desconto de noventa e dois por cento do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por meio da liquidação integral do saldo devedor; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.090, de 2021)		

 Texto alterado  Texto revogado  Texto excluído  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 26/05/2022 13:34)

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
<p>III - para os estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de trezentos e sessenta dias, na data de publicação da Medida Provisória nº 1.090, de 2021, que não se enquadrem na hipótese prevista no inciso II, com desconto de oitenta e seis inteiros e cinco décimos por cento do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por meio da liquidação integral do saldo devedor. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.090, de 2021)</p> <p>IV - do parcelamento em até 175 (cento e setenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2021, com redução de 25% (vinte e cinco por cento) dos encargos moratórios.</p>		
<p><a href="#">Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017</a></p> <p>Art. 1º A <a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a>, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>.....</p> <p>“Art. 5º-A. Serão mantidas as condições de amortização fixadas para os contratos de financiamento celebrados no âmbito do Fies até o segundo semestre de 2017.</p>	<p>II - o art. 1º da <a href="#">Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017</a>, na parte em que altera o § 1º do art. 5º-A e o art. 20-H da <a href="#">Lei nº 10.260, de 2001</a>;</p>	<p>II - <sup>^</sup> art. 1º da <a href="#">Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017</a>, na parte em que altera o § 1º do art. 5º-A e o art. 20-H da <a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a>;</p>

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
<p>§ 1º O financiado que tenha débitos vencidos até 30 de abril de 2017 e não pagos poderá liquidá-los mediante a adesão ao Programa Especial de Regularização do Fies e a opção pelo pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, sendo o restante:</p> <p>I - liquidado integralmente em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos encargos contratuais;</p> <p>II - parcelado em até 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 40% (quarenta por cento) dos encargos contratuais; ou</p> <p>III - parcelado em até 175 (cento e setenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 25% (vinte e cinco por cento) dos encargos contratuais.</p>		
<p><a href="#">Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018</a></p>	<p>III - o art. 9º da <a href="#">Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018</a>;</p>	<p>III - <sup>^</sup> art. 9º da <a href="#">Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018</a>;</p>
<p>Art. 9º O § 1º do art. 5º-A da <a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a>, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 5º-A. ....</p>		

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
<p>§ 1º Fica o agente financeiro autorizado a pactuar condições especiais de amortização ou alongamento excepcional de prazos para os estudantes inadimplentes com o Fies, por meio de estímulos à liquidação, ao parcelamento e ao reescalonamento das dívidas do Fies, admitida a concessão de descontos incidentes sobre os encargos contratuais e o saldo devedor da dívida, conforme estabelecido em regulamento editado pelo Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.</p> <p>.....” (NR)</p>		
<p><a href="#">Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019</a></p>	<p>IV - o art. 13 da <a href="#">Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019</a>, na parte em que altera o caput do art. 19-D da <a href="#">Lei nº 10.522, de 2002</a>; e</p>	<p>IV - ^ art. 13 da <a href="#">Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019</a>, na parte em que altera o caput do art. 19-D da <a href="#">Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002</a>; e</p>
<p>Art. 13. A <a href="#">Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002</a>, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>.....</p>		
<p>“Art. 19-D. À Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral Federal e à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 19, 19-B e 19-C desta Lei, sem prejuízo do disposto na <a href="#">Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997</a>.</p>		

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
<a href="#">Lei nº 14.024, de 9 de julho de 2020</a>	V - o art. 1º da <a href="#">Lei nº 14.024, de 9 de julho de 2020</a> , na parte em que altera o § 4º e o § 5º do art. 5º-A da <a href="#">Lei nº 10.260, de 2001</a> .	V - ^ art. 1º da <a href="#">Lei nº 14.024, de 9 de julho de 2020</a> , na parte em que altera os §§ 4º e ^ 5º do art. 5º-A da <a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a> .
Art. 1º A <a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:		
.....		
“Art. 5º-A .....		
.....		
§ 4º O estudante beneficiário que tenha débitos vencidos e não pagos até a data de publicação deste parágrafo poderá liquidá-los mediante a adesão ao Programa Especial de Regularização do Fies, nos termos do regulamento, por meio:		
I - da liquidação integral, até 31 de dezembro de 2020, em parcela única, com redução de 100% (cem por cento) dos encargos moratórios;		
II - da liquidação em 4 (quatro) parcelas semestrais, até 31 de dezembro de 2022, ou 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, com redução de 60% (sessenta por cento) dos encargos moratórios, com vencimento a partir de 31 de março de 2021;		
III - do parcelamento em até 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2021, com redução de 40% (quarenta por cento) dos encargos moratórios; ou		

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1090/2021

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12/2022 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
IV - do parcelamento em até 175 (cento e setenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2021, com redução de 25% (vinte e cinco por cento) dos encargos moratórios. § 5º Para os parcelamentos previstos nos incisos II, III e IV do § 4º deste artigo, o valor de entrada corresponderá à primeira parcela mensal a ser paga em decorrência da adesão ao Programa.		
	<b>Art. 11.</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 17.</b> Esta <b>Lei</b> entra em vigor na data de sua publicação.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 26/05/2022 13:34)

**Medida Provisória nº 1090/2021****ANEXO I****DESCONTO MÁXIMO PARA PAGAMENTO À VISTA DO CONTRATO**

TEMPO DE ATRASO	DESCONTO SOBRE A DÍVIDA TOTAL CONSOLIDADA	
	CADÚNICO E AUXÍLIO EMERGENCIAL 2021	DEMAIS FINANCIADOS
Operações em atraso entre 91 e 180 dias	5%	3%
Operações em atraso entre 181 e 270 dias	7%	5%
Operações em atraso entre 271 e 360 dias	9%	7%
Operações em atraso superior a 360 dias	12%	9%

**ANEXO II****DESCONTO MÁXIMO NO PARCELAMENTO DO SALDO DEVEDOR**





FAIXA DE RISCO	DESCONTO SOBRE ENCARGOS	
	CADÚNICO E AUXÍLIO EMERGENCIAL 2021	DEMAIS FINANCIADOS
A	25%	10%
B	50%	25%
C	75%	50%
D	100%	75%

**Projeto de Lei de Conversão nº 12/2022 (aprovado na CD)****ANEXO I****(Anexo I da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001)****DESCONTO MÁXIMO PARA PAGAMENTO À VISTA DO CONTRATO**

TEMPO DE ATRASO	DESCONTO SOBRE A DÍVIDA TOTAL CONSOLIDADA	
	CADÚNICO E AUXÍLIO EMERGENCIAL 2021	DEMAIS FINANCIADOS
Operações em atraso entre 91 e 180 dias	5%	3%
Operações em atraso entre 181 e 270 dias	7%	5%
Operações em atraso entre 271 e 360 dias	9%	7%
Operações em atraso superior a 360 dias	12%	9%

**ANEXO II****(Anexo II da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001)****DESCONTO MÁXIMO NO PARCELAMENTO DO SALDO DEVEDOR**

FAIXA DE RISCO	DESCONTO SOBRE ENCARGOS	
	CADÚNICO E AUXÍLIO EMERGENCIAL 2021	DEMAIS FINANCIADOS
A	25%	10%
B	50%	25%
C	75%	50%
D	100%	75%

 Texto alterado  Texto revogado  Texto excluído  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 26/05/2022 13:34)







**ANEXO III**  
PRAZOS PARA PARCELAMENTO DO SALDO DEVEDOR

FAIXA DE RISCO	PRAZO (em meses)	
	INSCRITOS NO CADÚNICO OU BENEFICIÁRIOS DO AUXÍLIO EMERGENCIAL 2021	DEMAIS FINANCIADOS
A	84	72
B	100	84
C	120	100
D	150	120

ANEXO III  
(Anexo III da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001)

PRAZOS PARA PARCELAMENTO DO SALDO DEVEDOR

FAIXA DE RISCO	PRAZO (em meses)	
	INSCRITOS NO CADÚNICO OU BENEFICIÁRIOS DO AUXÍLIO EMERGENCIAL 2021	DEMAIS FINANCIADOS
A	84	72
B	100	84
C	120	100
D	150	120

 Texto alterado  Texto revogado  Texto excluído  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 26/05/2022 13:34)